

17. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO:

Do **Vereador Engº Altino Bessa**, submetendo à consideração do Executivo proposta relativa à celebração do protocolo em epígrafe que se junta, que vai instruído com os documentos que se anexam.

PROPOSTA

A defesa da floresta é uma causa tão nobre e imprescindível à existência humana, que pressupõe a intervenção de todos os cidadãos e instituições públicas com as suas potencialidades e meios, tendo em vista a integridade e preservação do meio ambiente

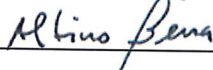
Nos últimos anos tem-se verificado, um elevado número de ocorrências e recorrência das mesmas, contabilizando-se grandes áreas ardidas, a exemplo de 2017 com área ardida superior a 900ha, pelo que será determinante o reforço da prevenção e vigilância dos espaços florestais, facto inclusive já identificado no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Face ao exposto é entendimento, que a constituição de uma nova equipa de Sapadores Florestais no concelho de Braga irá contribuir decisivamente para a diminuição do risco de incêndio numa área sensível e recorrentemente afetada por incêndios, aumentando significativamente a resiliência do território aos incêndios florestais.

Deste modo, na garantia da operacionalidade da Equipa de Sapadores Florestais recentemente criada para o concelho de Braga proponho que o Sr. Presidente autorize a celebração do protocolo que se anexa.

Braga, 8 de julho 2020

O Vereador da Proteção Civil,



Altino Bessa, Eng^o

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO

Considerando:

1. Que o Município de Braga, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), assume como suas atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de competências, designadamente, no domínio da proteção civil;
2. Que o Município de Braga, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que determina as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI), possui toda uma série de competências no quadro da defesa da floresta, nomeadamente no que diz respeito ao planeamento, à prevenção e à previsão e programação das intervenções necessárias à defesa da floresta contra incêndios;
3. Que a Associação Florestal do Cávado, fundada no ano de 1996, apresenta como desígnios a promoção da união entre os proprietários florestais para que os respetivos interesses tenham um porta-voz legítimo, bem como a disponibilização de apoio técnico para a melhoria da gestão das áreas florestais;
4. Que, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 09 de janeiro, que prescreve o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português, e do Despacho n.º 6885-C/2019, de 01 de agosto, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que procedeu à abertura de concurso para a constituição de novas equipas de sapadores florestais no território do continente, o Município de Braga formalizou o apoio à candidatura para a constituição de uma equipa permanente de sapadores florestais no concelho, realizada por parte da Associação Florestal do Cávado;
5. Que, em conformidade com o teor do considerando anterior, a Declaração de Compromisso assinada pelo Vereador da Câmara Municipal de Braga, Eng. Altino Bessa, assegurou todo o apoio do Município à criação da segunda equipa de sapadores florestais pela Associação Florestal do Cávado, com o propósito de reduzir o risco de incêndios e contribuir para a valorização do património florestal do concelho;
6. Que a candidatura para a criação de uma equipa de sapadores florestais no concelho de Braga, efetuada pela Associação Florestal do Cávado, foi selecionada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
7. Que a área de intervenção proposta na candidatura incidiu sobre os perímetros florestais do Mosteiro de São Martinho de Tibães, zonas que têm grande relevância, não apenas no contexto florestal, mas também no plano ambiental, paisagístico, cultural, religioso e

turístico, cuja preservação e proteção é fundamental e é uma prioridade em termos da defesa da floresta contra incêndios;

8. Que a existência de uma nova equipa permanente de sapadores florestais no concelho de Braga contribui, decisivamente, para a diminuição da perigosidade de incêndio em espaços sensíveis, elevando substancialmente a resiliência do território aos incêndios florestais, por intermédio da efetivação das tarefas e funções que lhe são cometidas;

9. Que, perante estas características específicas e diante da sua sensibilidade, esta é uma zona já classificada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil como prioritária para a intervenção com meios aéreos, encontrando-se sinalizada como área de perigosidade alta e muito alta de incêndio florestal;

10. Que, nos últimos anos, se tem observado neste espaço um elevado número de ocorrências, contabilizando-se em especial grandes áreas ardidas em 2016 e 2017, razão pela qual se revela essencial a proteção e vigilância desta área florestal, facto já mencionado no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;

11. Que, por último, a equipa de Sapadores Florestais desenvolve um importante serviço público, conforme reconhecido pelo Instituto de Conservação da Natureza, em consonância com o Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, o presente protocolo encontra-se excluído do regime previsto no Código dos Contratos Públicos, ao abrigo do 5.º A, n.º 5 alínea a) do mencionado código.

É celebrado o presente PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, com as finalidades de reduzir o risco de incêndios e de contribuir para a valorização do património florestal do concelho de Braga.

ENTRE:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, código postal 4700-435, concelho de Braga, neste ato devida e legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, doravante designado MUNICÍPIO;

E

A **ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO**, pessoa coletiva n.º 503 814 407, com sede na Praça Manuel Fernandes da Silva, n.º 52, código postal 4715-244, concelho de Braga, neste ato devida e legalmente representada pelo Presidente da Direção, Eng. Carlos Cação, com poderes para o ato, doravante designada ASSOCIAÇÃO;

O qual se rege pelas Cláusulas subsequentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

1. O presente PROTOCOLO consagra os termos da colaboração entre o MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO, no que concretamente diz respeito ao apoio a ser prestado por parte da equipa de sapadores florestais da ASSOCIAÇÃO ao MUNICÍPIO, com o fim da defesa da floresta contra incêndios.

2. A área de intervenção da equipa de sapadores florestais da ASSOCIAÇÃO é a que se encontra referenciada no processo de candidatura para a constituição de novas equipas mencionada nos considerandos do presente PROTOCOLO, correspondendo às zonas florestais do Monte de São Filipe em Tibães, do Monte da Caldas em Gondizalves, do Monte Bandeira em Priscos/Tebosa, e do Monte de Nossa Senhora de Fátima em Figueiredo/Penso São Vicente.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Funções da equipa de sapadores florestais)

1. As funções da equipa de sapadores florestais da ASSOCIAÇÃO são as seguintes:

- a) Prevenção dos incêndios florestais através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas de quebra-fogo e outras infraestruturas (Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios – PMDFCI);
- b) Vigilância das áreas a que se encontra adstrita, no Plano Operacional Municipal (POM);
- c) Apoio ao combate aos incêndios florestais e às consequentes operações de rescaldo;
- d) Sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração.

2. Sendo que:

- a) As ações de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI) em áreas de associados da ASSOCIAÇÃO, não poderão exceder o período máximo anual de 15 dias úteis;

- b) As ações de DFCI definidas pelo MUNICÍPIO para o plano anual da equipa, não poderão exceder o período máximo anual de 140 dias úteis;
- c) As ações de DFCI definidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), não poderão exceder o período máximo anual de 55 dias úteis, conforme Programa Nacional de Sapadores Florestais: Definição e Contabilização do Serviço Público;
- d) As ações de vigilância armada e supressão de incêndios definidas pelo ICNF, não poderão exceder o período máximo anual de 55 dias incluindo fins de semana, feriados e horas noturnas, conforme Programa Nacional de Sapadores Florestais: Definição e Contabilização do Serviço Público.

CLÁUSULA TERCEIRA (Deveres da ASSOCIAÇÃO)

Compete à ASSOCIAÇÃO:

- a) Colaborar na execução do PMDFCI e nas ações de proteção civil;
- b) Assegurar a coordenação e a execução dos trabalhos da equipa, referidos na Cláusula Segunda;
- c) Fazer a gestão financeira da equipa, nomeadamente, proceder ao pagamento dos sapadores, realização do seguro de acidentes de trabalho dos mesmos, sendo que todos os encargos referentes a questões laborais são da competência exclusiva da ASSOCIAÇÃO;
- d) Elaborar um relatório semestral, detalhado, sobre as atividades realizadas pela equipa de sapadores, com indicação da aplicação das verbas recebidas ao abrigo da Cláusula Quarta, entregando-o ao MUNICÍPIO para sua apreciação;
- e) Elaborar um relatório anual das atividades realizadas pela equipa de sapadores, facultando a sua consulta aos elementos da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) responsáveis por esta matéria.

CLÁUSULA QUARTA (Deveres do MUNICÍPIO)

Compete ao MUNICÍPIO:

- a) Atribuir uma verba anual de € 50 000,00 (cinquenta mil euros e zero cêntimos) à ASSOCIAÇÃO, para o desenvolvimento das funções, tarefas e ações referidas no presente PROTOCOLO;
- b) A verba será paga em prestações mensais, pagamentos esses realizados no último dia útil de cada mês;
- c) Assegurar estacionamento fechado para a viatura e local para efetuar a manutenção do equipamento de trabalho da equipa;
- d) Por intermédio da sua Divisão de Proteção Civil, em conjugação com a ASSOCIAÇÃO, elaborar um Plano de Gestão Combustíveis, no qual serão definidas as áreas onde se realizarão intervenções no âmbito da silvicultura preventiva.

CLÁUSULA QUINTA (Utilização das verbas)

A utilização, por parte da ASSOCIAÇÃO, das verbas atribuídas ao abrigo do presente PROTOCOLO para fins diversos dos estabelecidos, constitui fundamento para a rescisão imediata do PROTOCOLO pelo MUNICÍPIO, devendo a ASSOCIAÇÃO proceder à imediata devolução das verbas recebidas.

CLÁUSULA SEXTA (Validade)

1. O presente PROTOCOLO é válido pelo período de 1 ano, a contar da data da sua assinatura, sendo automaticamente renovado por igual período, salvo se for denunciado nos termos do número seguinte.
2. O PROTOCOLO pode ser denunciado por qualquer uma das partes intervenientes, devendo a denúncia ser comunicada, de forma expressa, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 30 dias.

O presente PROTOCOLO é elaborado em duplicado, ficando um original na posse de cada uma das partes intervenientes.

Município de Braga, aos 00 dias do mês de julho do ano de 2020

MUNICÍPIO DE BRAGA

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO

**O Presidente da Câmara Municipal
Dr. Ricardo Rio**

**O Presidente da Direção
Eng. Carlos Cação**

Juntam-se os documentos necessários para a instrução deste protocolo.